

Incorporação da Dimensão Ambiental na Formação Profissional para o Agronegócio

Incorporation of Environmental Dimension in Agrobusiness Professional Education

LAYRARGUES, Philippe Pomier, Universidade de Brasília, philippe.layrargues@gmail.com

Resumo

Para se analisar as perspectivas de incorporação da dimensão ambiental na formação profissional para o agronegócio realizou-se uma pesquisa de opinião junto a estudantes universitários da área. Os resultados indicam que há uma possibilidade de instauração de um processo civilizatório *endógeno* do capital agro-industrial reconhecendo a força civilizatória do paradigma ecológico no agronegócio.

Palavras-chave: Capital agro-industrial, agroecologia, ambientalismo, currículo.

Abstract

To examine the possibilities of incorporating the environmental dimension in professional education for agribusiness has developed an opinion poll among the students of the area. The results indicate that there is a possibility of establishment of an endogenous civilizing process of capital agro-industrial recognizes the civilizing strength of ecological paradigm in the agribusiness.

Keywords: Agro-industrial capital, agroecology, environmentalism, curriculum.

Introdução

Acompanhando a tendência verificada em outros países, no Brasil, o consumo de alimentos *in natura* tem diminuído em favor do aumento dos produtos agroindustriais. Ao mesmo tempo, o campo deixou de produzir apenas alimentos para produzir também fibras e energia, exigindo um tratamento industrializado para esses produtos agrícolas dentro de uma complexa cadeia produtiva. Cada vez mais o campo se vê transformado pelo industrialismo, e da agricultura, vive-se a mudança de paradigma para o agronegócio, que carrega outros valores e práticas que desafiam as perspectivas da transição à sustentabilidade no mundo rural (PORTO-GONÇALVES, 2006). E à medida que a complexidade da cadeia produtiva aumenta, os atores sociais do agronegócio tendem a aprofundar valores do mercado, impondo outras lógicas e ritmos produtivos no campo próprios do capital, distanciados daquelas dos sistemas naturais.

Na mesma proporção, o ensino convencional em ciências agrárias, por se basear no modelo da agricultura moderna, constitui-se como um fator limitante ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável (ALMEIDA, 2001; SARANDON, 2002), posto que atua na reprodução dos valores culturais hegemônicos. E a formação profissional para atuar na área do agronegócio não foge à regra: por exigir a integração interdisciplinar das distintas áreas de conhecimento necessárias para abranger as relações administrativas e econômicas desse novo sistema, recebe atenção maior nesses elementos da cadeia produtiva, menosprezando sua interface com a dimensão ambiental na entrada e na saída do sistema.

Contudo, diante do cenário da ocupação de terras nas 'novas fronteiras agrícolas' (que na verdade constituem-se como áreas naturais), e dos impactos ambientais advindos do agronegócio; a formação profissional para o agronegócio adquire destaque em função da necessidade de se preparar profissionais imbuídos de valores afins à sustentabilidade e conhecimentos que os permitam efetuar uma gestão sustentável do agronegócio, embora esta premissa ainda não esteja considerada com sua devida importância nos cursos atualmente

oferecidos no mercado: pesquisas que procuram identificar as características mais relevantes do perfil do profissional do agronegócio e que fornecem recomendações para o aprimoramento ou reestruturação dos currículos de cursos de formação no agronegócio, ainda negligenciam ou consideram timidamente a internalização da variável ambiental na grade curricular. Numa lista de 26 prioridades de habilidades ou conhecimentos desejáveis para o profissional do agronegócio (BATALHA et al, 2005), a Gestão Ambiental aparece modestamente no 16º lugar.

No momento histórico em que o Cerrado brasileiro desponta como a última fronteira agrícola, com expansão da cultura da soja, milho e algodão e com forte dinamismo na bovinocultura no centro-oeste; em 2006, a Universidade de Brasília (UnB) criou no Campus de Planaltina o Curso de Graduação em Gestão do Agronegócio, visando suprir o mercado com profissionais capazes de atuar nos três macro-segmentos do sistema agroindustrial: produção de matéria-prima, transformação e distribuição, articulando-se crescentemente a produção de insumos, a produção agropecuária e agroindustrial, distribuição e armazenamento.

O curso de graduação em Gestão do Agronegócio oferecido pela UnB tem uma carga horária de 3.000 horas, e seu projeto político pedagógico reflete o pensamento hegemônico que menospreza a importância da dimensão ambiental: a temática ambiental não é considerada como um tema transversal que perpassasse a matriz curricular, e está presente em uma única disciplina de 60 horas (Gestão Ambiental), representando apenas 2% da carga horária total do curso.

Metodologia

É nessa conjuntura que em dezembro de 2008 foi realizada uma pesquisa de opinião junto aos 50 alunos matriculados na disciplina Gestão Ambiental, para avaliar seus valores, conhecimentos e atitudes sobre o grau de internalização da pauta ambiental. O instrumento utilizado foi um questionário com três questões fechadas e doze abertas, aplicado ao final da disciplina.

Resultados e discussões

Para a maioria dos alunos (71,5%), a disciplina propiciou um aumento da preocupação ambiental no contexto das práticas agrícolas; pois foi possível fundamentar conceitualmente a relação entre agricultura e meio ambiente, desenvolver uma visão mais ampla dos processos ambientais associados à agricultura, ou se conhecer o 'lado perverso' da agricultura moderna. Para 28,5%, a disciplina não influenciou no aumento da preocupação ambiental na agricultura, porque esse assunto já é um tema presente na mídia ou porque o aluno teve uma formação pessoal anterior em sintonia com a preocupação ambiental.

Indagados a respeito do grau de conhecimento sobre a questão ambiental na agricultura, 90,9% dos alunos acreditam que a disciplina propiciou um aumento, pois foram debatidos temas-chave desta relação, o material de leitura estudado era importante, e o primeiro contato com essas informações auxiliou a compreensão dos problemas ambientais associados à agricultura moderna. Para 9,1% dos alunos o grau de conhecimento permaneceu igual ao que era antes de cursar a disciplina, pois tais alunos já tiveram um contato anterior com o tema ambiental associado à agricultura.

Para 73,6% dos alunos ocorreu um aumento potencial na capacidade profissional para tornar a agricultura sustentável, pois foi possível adquirir fundamentação teórica e técnicas que beneficiam a fertilidade do solo. Para 26,4% deles, a capacidade profissional permaneceu igual, pois a disciplina não foi suficiente para conhecer os assuntos do tema.

A grande maioria dos alunos (90,5%) sente-se confiante para adotar por conta própria os princípios da Agroecologia, motivados pelo aumento da consciência ambiental, pelo entendimento

de que ela é mais viável e proveitosa, pela constatação do aumento da conscientização pública que implica em novas exigências de mercado, pela compreensão de que é necessário buscar um ponto de equilíbrio entre o agronegócio e a Agroecologia. Porém, para 9,5% dos alunos a adoção dos princípios agroecológicos depende tanto das regras do mercado em que irão se inserir, como da empresa que o contratar. Quase a metade (45,5%) dos alunos concorda plenamente que os conteúdos aprendidos os ajudarão a tomar decisões corretas em direção à agricultura sustentável; a mesma proporção concorda parcialmente com esta afirmação e 9% discordam dela.

Mais de um terço dos alunos (36,4%) concorda plenamente com a afirmação de que é necessário incorporar mais disciplinas sobre a questão ambiental aplicada ao agronegócio na grade curricular; pouco mais da metade deles (54,5%) concorda parcialmente com essa afirmação; enquanto que 9.1% discordam dela.

A maioria (73,9%) acredita que a atual crise ambiental representa uma oportunidade ao agronegócio, porque pode provocar uma renovação em sua lógica, denotando uma visão otimista. Para 21,1% dos alunos, a crise representa uma ameaça.

A bancada ruralista parlamentar, representando o capital agro-industrial, diante da atual conjuntura de embate explícito e radicalmente polarizado com as forças sustentabilistas para alterar a legislação ambiental, tem se mostrado como um setor social que ainda não internalizou a pauta ambiental em sua lógica estruturante, nem mesmo discursivamente. A representação política do agronegócio em geral, não se percebe nem procura vincular sua imagem como um dos setores do movimento ambientalista, ao contrário da representação política do capital industrial-urbano, que efetuou a conversão para ingressar na comunidade ambiental desde final dos anos 80, mesmo que apenas discursiva ou simbolicamente.

Enquanto o segmento do capital industrial-urbano pertencente à comunidade ambiental partilha do paradigma da modernização ecológica, vivencia o otimismo tecnológico da vertente dos tecnocratas cornucopianos e advoga a favor da instauração de um eco-capitalismo, o capital agro-industrial efetua a defesa intransigente da disponibilidade de terras para agricultura, mesmo que ao custo da supressão de florestas nativas, recusando as limitações impostas pela legislação ambiental, considerada como um entrave à expansão da produção agrícola.

A bem da verdade, o capital agro-industrial, que não se identifica nem mesmo periféricamente com a comunidade ambiental, representa um ator protagonista do anti-ambientalismo. Em função disso, pode-se afirmar que o capital agro-industrial encontra-se subordinado ao paradigma do capitalismo “selvagem”, operando a clássica externalização dos prejuízos para maximização dos benefícios, transferindo os custos socioambientais para a natureza e para os grupos sociais rurais em condições de vulnerabilidade cultural e econômica.

O'Connor (2002) afirma que há um embate histórico entre o capital e o ambientalismo, que o condiciona a internalizar os custos transferidos ao meio ambiente, mesmo que isso paradoxalmente signifique que o ambientalismo represente no longo prazo a possibilidade de salvação do capital da ruptura absoluta das condições de reprodução capitalista, na medida em que advoga a otimização do metabolismo industrial na sua interface ambiental, eliminando a segunda contradição do capital. Assim, podemos dizer que o ambientalismo representa a consciência crítica do capital e pode ser o elemento que desempenha nada menos do que sua força civilizatória, domesticando-o, transformando-o de sua condição “selvagem”. E nesse contexto, podemos afirmar que a Agroecologia, além de ser um paradigma (AQUINO e ASSIS, 2005), é também a materialização dessa força civilizatória do capital agro-industrial, e um

indicador do processo civilizatório no agronegócio.

Conclusões

A permeabilidade à questão ambiental entre os alunos em formação no agronegócio é significativa, indicando haver uma potencial força *endógena* para civilizar o capital agro-industrial. Uma disciplina de apenas 60 horas que pelo menos apresenta o potencial de sensibilização, pode ser suficiente para uma fundamentação teórica, embora não seja suficiente para fornecer os referenciais teóricos e paradigmáticos bem como o instrumental prático para a Agroecologia.

Considerando que atualmente existem no país quase 150 cursos de graduação em agronegócio cadastrados no Ministério da Educação, então algo em torno de 15.000 profissionais formados anualmente pode adquirir valores e conhecimentos aplicados ao universo da sustentabilidade no agronegócio, atuando como a força civilizatória endógena para a ecologização do capital agro-industrial.

A reflexão conclui que é *necessário* e *possível* civilizar o capital agro-industrial: é *necessário* porque a conjuntura atual demanda um urgente nivelamento das assimetrias do poder entre as forças desenvolvimentistas e sustentabilistas no embate pela apropriação e uso do território rural/natural; é *possível* porque *endogenamente*, há sinais explícitos de que a nova geração das forças sociais do agronegócio mostra disposição para efetuar a transição rumo à sustentabilidade; necessitando para tal, a potencialização do currículo da formação profissional para o agronegócio com os pressupostos da sustentabilidade, materializados pela Agroecologia.

Referências

ALMEIDA, S.G. *Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília: Embrapa, 2005.

BATALHA, M.O. et al. *Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional*. Jaboticabal: Novos Talentos, 2005.

O'CONNOR, J. Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. (Comp.) *Ecología Política: Naturaleza, Sociedad y Utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 27-52.

PORTO-GONÇALVES, C.W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SARANDON, S.J. Incorporando el enfoque agroecológico en las Instituciones de Educación Agrícola Superior: la formación de profesionales para una agricultura sustentable. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 40-48, 2002.